

## A CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS GEOGRÁFICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Rosa Maria Maia Gouvêa Esteves<sup>1</sup>  
Beatriz Karine Cardoso Rocha<sup>2</sup>

### RESUMO

Este estudo apresenta o conceito de infância e como este foi constituído através da história das sociedades e como diferentes autores discutiram as concepções de ser criança até a contemporaneidade, quando passam a ser consideradas em suas peculiaridades. No Brasil vê-se documentos oficiais que abordam estas mudanças e, inclusive políticas que foram criadas para proteção da infância. Ao tomar como ponto inicial o conceito de infância, pretende-se que as crianças estejam no centro desta discussão, o que se pretende construir são conceitos geográficos, a partir de suas vivências para interiorizá-los de forma concreta. Aqui, quer-se dar vez e voz as crianças, como protagonistas de suas aprendizagens e como seres respeitados em todos os aspectos: físico, humano e moral.

**Palavras-chave:** Infância. Conceitos geográficos. Protagonismo

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação, na linha de Tecnologias de Informação e Comunicação nos Processos Educacionais – ESA e Mestre em Educação – UFRJ. Professora Curso Pedagogia AEDB – [rosamag@globocom.com](mailto:rosamag@globocom.com)

<sup>2</sup> Acadêmica do 4º ano Curso Pedagogia - AEDB

## **1. INTRODUÇÃO**

O conceito e a história da infância fazem parte desta discussão para que se possa se apropriar do tema em questão. Durante muito tempo a criança não fazia parte das pesquisas em Ciências Sociais, hoje estudos sobre a infância, ganham visibilidade, mundialmente, tornando a criança o eixo central de suas pesquisas e com um entendimento que são sujeitos de direito e desempenhem um papel social, como ser ativo e atuante na sociedade. O protagonismo infantil destaca-se, e sendo cada vez mais influente no campo educacional, porém a falta de informação ou a falta de estudos tornam essa questão um “problema” para o avanço neste campo. Muitos educadores não sabem lidar com o protagonismo infantil, por não entenderem suas perguntas e curiosidades por falta de conhecimentos sobre as preciosidades que as crianças trazem para seu processo ensino-aprendizagem. Ao aprofundar indagações em relação à Educação Infantil, mais precisamente sobre seu desenvolvimento, aqui, serão tratados sobre a elaboração de conceitos geográficos nesta fase escolar e levantamentos de hipóteses, a fim de que o professor transforme a aula dos conhecimentos geográficos, em algo significativo e que tenha vínculo com o contexto da criança.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **1. ENTENDENDO A CONTRUÇÃO DA INFÂNCIA**

Rousseau (1968) valoriza tanto a autonomia das crianças, que dizia que até seu sofrimento deveria ser observado, no sentido de que toda criança deveria ter vez e voz. Apesar de frisar a autonomia da criança, também deixava claro, que o bem estar das crianças deveria ser sintonizado com a liberdade, que não houvesse mais espaços para os choros, mesmo que por vezes ocorressem feridas, não deveria ser sufocado o sentimento de ser livre. Afirmava que cada um deveria possuir seu próprio espaço, isto é, a criança em seu lugar de criança, e o adulto no seu lugar de adulto.

Em sua obra *Emílio ou da Educação* (1968) apontou a infância como uma fase essencial à vida pela forma que discutiu as questões da infância, com o entendimento que a criança era um ser social. Também observa-se em sua obra, a inserção da criança na sociedade, não a considera um adulto em miniatura, mas valoriza este período da vida, com comportamentos e princípios para que seja um cidadão crítico e atuante na sociedade.

Alerta para o ensino de valores simples e mostra que cada indivíduo possui seu lugar no mundo e que não há a necessidade de enfrentamentos a ninguém. Este filósofo e pedagogo muda a visão que se tem das crianças, alertando para a importância do respeito aos seus tempos e espaços, preservando sua autonomia, e os modos de adultos pais, professores e cuidadores, enfim como a sociedade em geral as trata. Elucida maneiras para tornar a educação liberal, mas com limites e respeito.

O conceito e a história da infância fazem parte desta discussão para que se possa melhor se apropriar do tema em questão, primeiramente, durante muito tempo criança não fazia parte das pesquisas em Ciências Sociais, assim, hoje estudos sobre a infância no Brasil ganham visibilidade, o que se observa são pesquisadores tornando a criança o eixo central de suas pesquisas e com um entendimento que são sujeitos de direito e desempenhem um papel social, como ser ativo e atuante na sociedade.

Para Kohan (2003) a criança era conhecida como ser sem importância, a infância era referida como “uma fase inferior a vida adulta”.

[...] entre todas as criaturas selvagens, a criança é a mais intratável; pelo próprio fato dessa fonte de razão que nela existe ainda ser indisciplinada, a criança é uma criatura traiçoeira, astuciosa e sumamente insolente, diante do que tem que ser atada, por assim dizer, por múltiplas rédeas [...]. (PLATÃO, 2010, p. 302)

A criança neste relato de Platão era vista como um animal, o qual era denominada como selvagem. Claramente, pode-se observar que antigamente a criança era tratada como um ser irracional, que não assimilava conhecimentos, sem freios, que deveria ser trazida em rédeas curtas para ser dominada, precisando ser amansadas para uma convivência.

Já, segundo Aries (1981), as crianças eram vistas como adultos em miniaturas, não eram ouvidas e muito menos conversavam com os adultos, eram menosprezadas e eram percebidas como seres “invisíveis”. Não necessitavam de cuidados, inseridas no mundo do trabalho, participavam de afazeres domésticos e suas roupas eram incômodas. A liberdade era algo que não existia para a criança, começava a proibição pela vestimenta, com roupas apertadas impossibilitavam a participação na vida cotidiana. Até a fase em que a criança não conseguisse manter um diálogo, era vista como um ser impossibilitado, em que faz valer o significado de infans, isto é, sem voz. Essa incapacidade ia desde da primeira infância até aos sete anos, e após essa idade a vida adulta acontecia precocemente.

Além, do menosprezo infantil na questão do tratamento, ressalta-se também que essa falta de cuidados resultavam em uma alta taxa de mortalidade infantil, com muitas crianças

mortas por falta de cuidados básicos e higiene. A cultura da época pregava que as famílias tivessem vários filhos, porém se sobrevivessem dois ou três era o suficiente, para cumprir a “meta”. As crianças tristemente mortas não eram dignas de lembranças, eram tratadas como se nunca tivessem existido “a infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança”, no caso “da criança morta, não se considerava, que essa coisinha desaparecida tão cedo, fosse digna de lembrança” (ARIÈS, 1981, p. 21).

Para Ariès (1981) o sentimento de infância era dividido em dois momentos distintos, a paparicação, em que a criança é vista como um objeto de diversão e distração dos adultos, este momento surgiu no núcleo familiar entre o entre os séculos XVI e XVII. A modernização que retrata a infância de forma oposta a paparicação, este momento ocorreu no final do século XVII, no contexto eclesiástico.

A igreja apresentou sua visão de infância de forma contrária, se preocupou em oferecer o tratamento para a criança de modo que tirasse essa visão de algo recriador para a família e buscou meios para disciplinar as crianças e mostrar a elas os princípios morais e os cuidados básicos de higiene e saúde e assim atribuiu às famílias um novo conceito de cuidado, a saúde, tanto da parte física quanto da parte higiênica de suas crianças.

Para Kramer (2006, p 13) “a infância é entendida como período da história de cada um, que se estende na nossa sociedade, do nascimento até aproximadamente dez anos de idade” Assim, se coloca, em relação como esta ideia de infância permeou a história:

A inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização da sociedade. Assim, a ideia de infância não existiu sempre da mesma maneira. Ao contrário, a noção de infância surgiu com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudavam a inserção e o papel social da criança na comunidade (KRAMER, 2006, p.14).

Com o passar dos anos o conceito de infância vem se modificando a cada dia, e o que hoje entendemos como barbaridades, vem sendo mudado, mesmo que em algumas culturas ainda existem resquícios deste passado, a criança vem ganhando visibilidade no mundo, sendo vista como um ser histórico e cultural, ou seja, uma pessoa capaz de produzir sua própria cultura

Ao buscar ampliar essas concepções a partir dos princípios legais nacionais, encontra-se o Parecer 022/1998, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – DCNEI refere-se a criança como seres dotados de cultura e saberes. Eles dizem que a criança é portadora de todas as melhores potencialidades possíveis da espécie humana.

[...] inteligentes, curiosas, animadas, brincalhonas em busca de relacionamentos gratificantes, pois descobertos entendimento, afeto, amor, brincadeira, bom humor

e segurança trazem bem estar e felicidade; Tagarelas, desvendando todos os sentidos e significados das múltiplas linguagens de comunicação, por onde a vida se explica; inquietas, pois tudo deve ser descoberto e compreendido, num mundo que é sempre novo a cada manhã; encantadas, fascinadas, solidárias e cooperativas desde que o contexto ao seu redor, e principalmente, nós adultos/educadores, saibamos responder, provocar e apoiar o encantamento, a fascinação, que levam ao conhecimento, à generosidade e à participação (BRASIL, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998, p.7 )

Neste mesmo documento destaca-se que:

A criança, como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. [...] as crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos (BRASIL, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998, p. 21).

Ao observar as citações acima é possível perceber que a concepção de infância passou por visíveis metamorfoses, o Parecer 020/2009, que trata da revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil ao discutir sobre a concepção de infância relata que a criança:

[...] é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura. (BRASIL, Parecer 020/2009, p.7)

No Parecer 022/98 os discursos oficiais passaram a referir às crianças como seres ativos no processo educacional e em seu conceito histórico cultural. Por meio do parecer consegue-se entender o quanto mudou a questão do conceito e do sentimento de infância, as crianças possuem seus direitos e deveres e são seres ativos na sociedade, contribuindo para o futuro. É a semente do amanhã e é nela que se deve investir para alcançar um país com qualidade, respeito e a valorização do cidadão.

O protagonismo infantil destaca-se, e sendo cada vez mais influente no campo educacional, porém a falta de informação, ou a falta de estudo dos professores tornam essa questão um “problema” para a sala de aula. Vários educadores não sabem lidar com o protagonismo infantil, por entenderem que suas perguntas e curiosidades como uma “afronta”,

ou seja; não tem conhecimento sobre as preciosidades que as crianças trazem para seu processo ensino-aprendizagem.

Existem professores que acreditam que deixar a criança ser protagonista de seu processo educacional é submetê-las, demasiadamente, a muitos estímulos, sem o devido preparo e adequação. No decorrer da história serão encontrados pensadores contemporâneos, que acreditaram no protagonismo infantil, dentre eles: Maria Montessori, Celestin Freinet, Jean Piaget, Emília Ferreiro e Loris Malaguzzi, que perceberam que com certas atividades, as crianças teriam um desenvolvimento próspero.

Assim, falar sobre infância é falar de Maria Montessori (1965) e suas obras sobre a educação, que prioriza o aluno, destaca a aprendizagem de forma concreta, a criadora do Método Montessoriano, cujo o objetivo era ensinar a criança por meio de materiais estruturados. Formada em medicina, na área da psiquiatria, em 1986, começou a atender crianças com necessidades especiais, curiosa e muito dedicada, buscou meios para entender as crianças e fazer com que elas aprendessem como as crianças ditas “normais”.

Enquanto, Celestin Freinet (1985) em sua pedagogia do bom senso, destaca a importância da criança se sentir curiosidade e com vontade de aprender, ou seja, vontade de interagir com o mundo. Não se pode deixar de destacar para ele, a criança era o laboratório do professor, ele valorizava tanto a criança que a tomava como “objeto de estudo.

Segundo Piaget (1999) em seu livro “Seis Estudos da Psicologia” trouxe a fase do desenvolvimento infantil e observações para entender, em qual estágio os alunos estavam, se estivesse com 0 a 2 anos, estaria no estágio sensório motor, no pré-operatório é de 2 a 7 anos, no operatório concreto dos 7 aos 11 anos e no operatório formal dos 12 anos em diante. Piaget realizou essas observações nos aspectos biológicos e hoje observa-se as atitudes de maturação da criança e não sua idade.

Ferreiro (1985) deu ênfase no processo de alfabetização e no letramento, ressalta-se que a sua abordagem trouxe uma outra forma de alfabetizar. Por último, mas não menos importantes cita-se Malaguzzi (1960) com sua abordagem de Reggio Emilia, que traz a criança para o centro do processo educacional. Uma de suas obras mais famosas é o poema “As Cem Linguagens da Criança”, que comenta que crianças possuem cem mundos para descobrir, inventar, sonhar, entre outros feitos que podem realizar, mas roubaram-lhe noventa e nove de tudo que estava à mão.

Para este autor a criança é o principal ator do processo educacional e para que se entenda sua importância para o desenvolvimento da humanidade, é preciso que os adultos proporcionem meios para que a mesma se sinta maravilhada com tudo que a cerca e não

apenas com atividades pré-estabelecidas, que nem sempre são significativas pela forma que são vivenciadas pelas crianças, criando espaço para a magia e a criatividade.

## **2. DESENVOLVIMENTO DE CONCEITOS DE ESPAÇOS GEOGRÁFICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Ao aprofundar questões em relação à Educação Infantil e o respeito ao seu desenvolvimento, aqui, será tratado sobre a elaboração de conceitos geográficos com alunos nesta fase escolar e levantamentos de hipóteses para que o professor transforme a aula de geografia em algo significativo e que tenha vínculo com o contexto da criança.

Como belamente finaliza Carlos Drummond no trecho “[...]Nenhuma das duas era perfeitamente bela. E era preciso optar. Cada um optou conforme seu capricho, sua ilusão, sua miopia”. Este trecho é possível acrescentá-lo em nosso dia a dia, ao se observar as práticas de professores da Educação Infantil, cada um possui seus métodos, sua característica para dar suas aulas, porém poucos são capazes de tornar seus alunos verdadeiros protagonistas de seu processo educacional, pois é mais fácil dar tudo pronto para a criança, para que ela apenas reproduza as atividades.

Este processo ocorre com diversas áreas do conhecimento, mas o que será discutido são como serão construídos os conceitos de espaço e tempo com as crianças.

Primeiramente, acrescenta-se que o estudo sobre a geografia acaba se tornando banal na Educação Infantil, pois a sociedade se preocupa tanto em apresentar os numerais e as letras do alfabeto para a criança que acabam esquecendo a importância do conhecimento do espaço e do tempo.

As aulas de Geografia não pode ser apenas para representar os espaços, para conhecer a vegetação dos locais, decorar nomes de lugares, mas é para ressignificar estes lugares, dando sentido de pertencimento, de fazer parte, do entendimento daquele espaço. Pretende-se levar o gosto desde cedo da compreensão do sentido de lugar, estimulando o desenvolvimento de habilidades para que os pequenos possam criar mecanismos para fazerem a leitura do mundo por meio de suas próprias representações gráficas.

A inteligência espacial que estará sendo desenvolvida com estas atividades e acompanhará a criança para a vida e o professor será o semeador da curiosidade pela conquista do mundo e o entendimento do espaço, de lugares e paisagens

Assim, a Educação Infantil é a base para o desenvolvimento educacional da criança, também poderá ser tratada da alfabetização cartográfica. Para Freinet (1977) ao analisar os

desenhos e a linguagem oral e escrita das crianças em seu processo de aprendizagem, percebeu que estas aprendizagens são paralelas. A alfabetização cartográfica proporciona, na criança, a realização da leitura do mundo, fazendo a relação entre o sujeito e o objeto.

Esse processo, assim, como o da alfabetização, demanda tempo e também é necessário muito desenho espontâneo, como, por exemplo, pedir para que a criança desenhe seu trajeto de casa até a escola; o trajeto que realiza para ir da cozinha até seu quarto, registrando a quantidade de pessoas e a quantidades de cômodos contidos em sua casa, primeiramente os desenhos ficarão subjetivos e somente haverá o entendimento com a explicação da criança, é a partir deste momento que inicia o encantamento da criança pela geografia, pois neste momento tornando-a protagonista e valorizando suas produções, oportunizando explicar tudo o que realizou.

É importante que o professor registre todos estes momentos, utilizando fotografias e registrando de forma escrita todos os relatos da criança sobre seu desenho.

É preciso lembrar que o mapa e o gráfico que a criança elabora podem ser confusos, com mistura de perspectivas, algumas transparências e dados agrupados de forma aleatória, pois o visível e o invisível podem estar confusos em sua mente. A escala também intuitiva, não obedecendo à proporção nas relações. No entanto, essas representações “distorcidas” fazem parte do desenvolvimento de suas habilidades para o desenho e certamente são mais significativas do que as cópias de mapas e gráficos prontos. (PASSINI,2012. p.17)

O estudo sobre Geografia da infância é pouco visto em nosso país, mas os educadores precisam olhar as “novas” práticas para que se possa aprimorar ainda mais e tornar as aulas mais interessantes e com atividades de aprendizagens significativas.

[...] a geografia da infância tem como questão básica a compreensão da infância em seus diferentes contextos, ou seja, como os arranjos sociais, culturais, produzem as infâncias em seus diferentes espaços e tempos e como as crianças ao se apropriarem dessas dimensões sociais, as reconfiguram, as reconstróem, e se criarem suas diferentes geografias (LOPES; VASCONCELLOS,2006, p.122)

Tendo em vista que todos espaços educam, ressalta-se que um dos motivos mais importantes de se pensar verdadeiramente no espaço como tal, é a importância e o significado que se dá a ele, pois se não houver importância para a criança, a aprendizagem naquele espaço não será significativa e efetiva. As crianças conhecem os espaços que frequentam como a palma de suas mãos, então por que não aproveitar isso para inserir conteúdos de geografia?

A Geografia da infância entende que as experiências do ser humano é experimentada em um espaço construído pelo homem. As relações que o indivíduo possui com o local onde frequenta, não são apenas relações de convivência, a relação do indivíduo com seu espaço vai muito além disso, é possível encontrar relações de pertencimento, relações afetivas decorrentes



de culturas, sendo claramente percebido que a criança é capaz de produzir culturas infantis, que serão carregadas por toda a vida.

A geografia é tratada especificamente como área, uma vez que são oferecidos mecanismos para compreender as diferenças e semelhanças de um local para o outro de forma contextualizada e abrangente. Por meio dela conseguimos nos relacionar com o ambiente, observando suas singularidades e suas ligações com a natureza. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) a Geografia estuda as relações do processo histórico, com formação das sociedades humanas e como a natureza funciona, por meio da leitura do espaço geográfico e da paisagem. Sendo assim, é necessário explorar os conceitos geográficos por meio do contexto histórico de cada cidade, valorizando suas culturas, peculiaridades, entre outros.

O espaço geográfico é historicamente produzido pelo homem enquanto organiza econômica e socialmente sua sociedade. A percepção espacial de cada indivíduo ou sociedade é também marcada por laços afetivos e referências socioculturais. Nessa perspectiva, a historicidade enfoca o homem como sujeito construtor do espaço geográfico, um homem social e cultural, situado para além e através da perspectiva econômica e política, que imprime seus valores no processo de construção de seu espaço. (BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais. Geografia e História, Brasília: MEC / SEF, 1997, p. 76)

O homem como ser histórico e cultural é capaz de produzir suas próprias culturas, bem como as crianças também são seres históricos e culturais, valorizar o contexto da criança, seus espaços, território e lugar, é o papel principal do professor, visto que a criança é capaz de aprender muito mais quando sua aprendizagem é contextualizada e significativa.

Ao ser colocado em evidência os assuntos sobre território e lugar é importante destacarmos seu conceito bem como sua origem.

Na concepção ratzeliana de Geografia esse conceito define-se pela propriedade, ou seja, o território para as sociedades humanas representa uma parcela do espaço identificada pela posse. É dominado por uma comunidade ou por um Estado. Na geopolítica, o território é o espaço nacional ou área controlada por um Estado nacional: é um conceito político que serve como ponto de partida para explicar muitos fenômenos geográficos relacionados à organização da sociedade e suas interações com as paisagens. O território é uma categoria importante quando se estuda a sua conceitualização ligada à formação econômica e social de uma nação. Nesse sentido, é o trabalho social que qualifica o espaço, gerando o território. Território não é apenas a configuração política de um Estado-Nação, mas sim o espaço construído pela formação social. (BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia e História. Brasília: MEC / SEF, 1997, p. 75)

Ao serem ensinados conteúdos sobre o respectivo assunto é necessário que a criança entenda e compreenda que os limites territoriais variam e dependem de cada fenômeno geográfico estudado. Território e paisagem possuem relações estreitas e território pode até ser entendido como um conjunto de paisagens.

A categoria paisagem, por sua vez, está relacionada à categoria de lugar. Pertencer a um território e sua paisagem significa fazer deles o seu lugar de vida e estabelecer uma identidade com eles. Nesse contexto, a categoria lugar traduz os espaços com os quais as pessoas têm vínculos mais afetivos e subjetivos que racionais e objetivos: uma praça, onde se brinca desde menino, a janela de onde se vê a rua, o alto de uma colina, de onde se avista a cidade. O lugar é onde estão as referências pessoais e o sistema de valores que direcionam as diferentes formas de perceber e constituir a paisagem e o espaço geográfico. (BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia e História Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1997, p. 75)

Sendo assim, é possível notar que espaços geográficos, paisagem, território e lugar estão correlacionados, ou seja, um é dependente do outro para sua compreensão. O professor deve se apropriar destes conceitos para trazer de uma forma peculiar a apreensão dos mesmos, dentro de fazer pedagógico que leve o aluno perceber o seu espaço e a respeitá-lo

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe reflexões sobre como a infância era considerada e qual é a concepção de infância no Século XXI, que serviu de base para as discussões que se seguiram sobre conceitos geográficos, que se quer trabalhar na Educação com crianças pequenas, acreditando que é a partir das suas vivências que estes conhecimentos serão internalizados e servirão para a vida. Entender o lugar e a paisagem como *locus* de pertencimento e sendo responsável pelo seu uso saudável e manutenção.

Querem gerações que mudem o planeta? Passa por uma outra forma de educar, e de principalmente lidar com o seu entorno, que começam com atitudes muito simples de ensinar, que tudo que está ao nosso redor passa pela ação humana e pelos nossos atos. Ensinar a ter ações eficazes para ter uma rua, um bairro, um município melhor, com espaços de convivência e humanizados, onde todos se sintam representados.

## 3. REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Afiliada, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB 022/98**. Brasília: MEC, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis de anos de idade. Brasília: FNDE, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB 020/2009**. Brasília: MEC, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Resolução CEB 5/2009**. Brasília: MEC, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC / SEF, 1997. Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia e História, p.6)

CAMBI, Franco. **Rousseau**: o pai da pedagogia contemporânea. In: História da pedagogia. Tradução Álvaro Lorenzini. São Paulo: EDUNESP, 1999, p.342-355.

FERREIRO, E; TEBEROSK, A. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1985.

FREINET, C. **Pedagogia do bom senso**; tradução J. Baptista. 7. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1985.

KOHAN, W. O. **Infância entre Educação e filosofia**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

KRAMER, S. **A infância e sua singularidade**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis de anos de idade. Brasília: FNDE, 2006.

LOPES, J. J. M; VASCONCELLOS, T. **Geografia da Infância**: territorialidades Infantis. Currículo Sem Fronteiras: Revista para uma educação crítica e emancipatória, Niterói, v.6, n.1, p.103-127 Jan/Jun. 2006.

MALAGUZZI, Loris. Histórias, ideias e filosofia básica. In: **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MONTESSORI, M. **Pedagogia Científica. A descoberta da criança**. Livraria Editora Flamboyant. São Paulo, 1965.

PASSINI, E. **Alfabetização Cartográfica e a Aprendizagem de Geografia**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIAGET, J **Seis estudos de Psicologia**. 24.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

PLATÃO. **As leis, ou da legislação e epinomis**. Tradução: Edson Bini. 2. ed. Bauru-SP: Edipro, 2010.

ROSSEAU, J.J. **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.